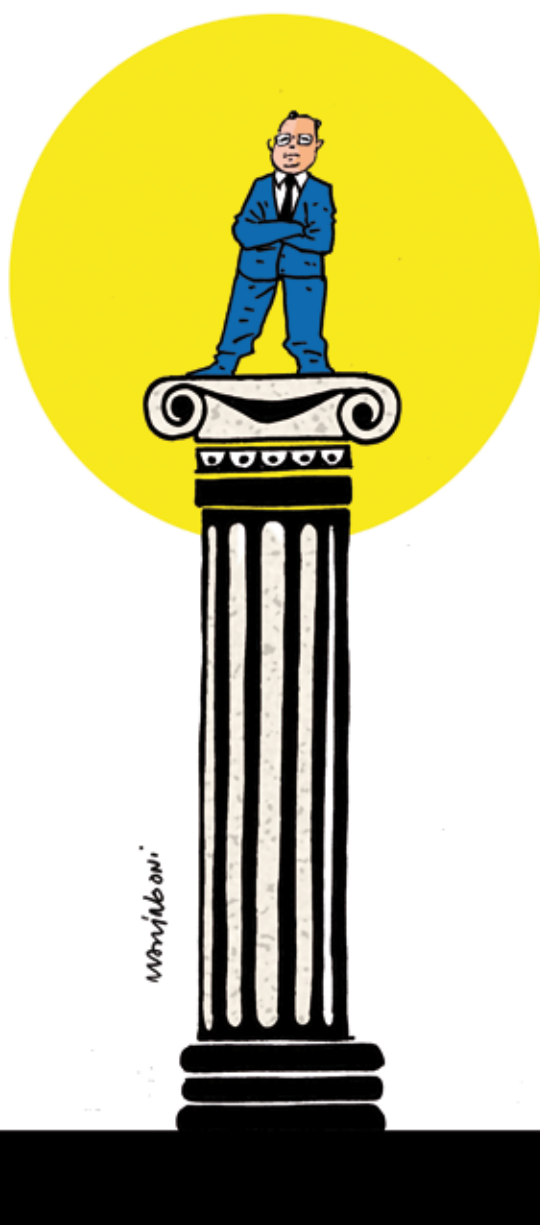


“MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA”, PROJETO DE RODAS

Marcel Gomes
Jornalista



O autoritarismo é visto como um traço da personalidade do reitor João Grandino Rodas que encontrou eco no Estatuto da USP, contestado pelas entidades representativas por delegar o comando da universidade a um grupo seletivo de professores titulares. Alardeado no discurso de posse, o “papel de proponente e conciliador” foi esquecido por mais de um ano. No final do primeiro semestre de 2011, após sofrer alguns reveses, o reitor pareceu adotar uma tática de concessões, que lhe dá fôlego para implantar a estratégia privatista de “modernização conservadora” da USP

Quando foi empossado reitor da mais importante universidade brasileira, em 25 de janeiro de 2010, durante sessão solene na Sala São Paulo, o professor e jurista João Grandino Rodas prometeu ser um incentivador do diálogo. “O reitor nada mais é do que *primus inter pares* [primeiro entre iguais], cabendo a ele exercer, mais do que qualquer outro, o papel de proponente e conciliador, fazendo com que todos os segmentos da universidade possam nele vir a confiar cada vez mais”, disse na ocasião, retomando um dos temas centrais de sua campanha para a Reitoria.

O objetivo da mensagem era claro: visava virar a página da eleição que o levou ao cargo, quando foi escolhido pelo então governador José Serra apesar de segundo colocado na lista tríplice — uma inversão que não ocorria desde o governo Paulo Maluf, ainda na Ditadura Militar. Observadores da política universitária viram também na fala de Rodas um gesto para relegar ao passado a marcante entrada da tropa de choque da Polícia Militar na Faculdade de Direito do Largo do São Francisco, em agosto de 2007, quando ele, então diretor da unidade, acionou a força para expulsar militantes de movimentos sociais que haviam ocupado suas dependências.

Após um ano e meio de gestão, porém, não há dúvidas de que foram palavras ao vento. No mais das vezes, a relação de professores, alunos e, sobretudo, funcionários com a Reitoria não foi pautada por conciliação e confiança, mas por conflito. O autoritarismo é visto como um

traço da personalidade de Rodas que encontrou eco e respaldo no Estatuto da USP, tradicionalmente contestado por delegar o comando da universidade a um grupo minoritário de professores titulares. No

início de abril, o Ministério Público do Estado de São Paulo, dois meses após ser acionado pela própria Adusp, anunciou a instauração de inquérito civil para apurar “possíveis irregularidades na eleição de reitor da USP”. A suspeita é a de que o Estatuto da universidade, vigente desde 1988, viola preceitos da gestão democrática, preconizada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), ao manter funcionários e estudantes sub-representados no colégio eleitoral e em congregações.

Em termos de novidades de gestão e conflitos internos, o currículo da gestão Rodas na Reitoria da USP é extenso desde o início. Três meses depois de assumir o cargo, em abril de 2010, fortaleceu a cúpula universitária ao criar cinco cargos de pró-reitor adjunto e elevar ao nível de “vice-reitor executivo” o coordenador de Administração Geral e o presidente da Comissão de Cooperação Internacional (vide p. 85). Logo em seguida, em junho, teve de administrar uma greve de 57 dias e a ocupação do prédio da Reitoria por três semanas, em protesto dos funcionários contra o fim da isonomia salarial entre as categorias, depois que o Conselho de Reitores



Audiência na Alesp

das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp), por ele presidido à época, concedeu espontaneamente, em fevereiro, aumento real de 6% apenas para os docentes, a título de “reestruturação de carreira”. Na USP, Rodas chegou a determinar o corte de salário dos trabalhadores em greve.

Em janeiro de 2011, a Reitoria demitiu sumariamente 271 funcionários, sob a justificativa de que já eram aposentados e não haviam prestado concurso público. Por fim, em abril deste ano, a tensão voltou a atingir seu grau máximo, quando trabalhadores de uma empresa terceirizada que prestava serviços de limpeza para a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) iniciaram uma greve contra o atraso no pagamento dos salários. Diante da absoluta falta de condições de higiene, as aulas na faculdade chegaram a ser suspensas.

Em seguida, foi a vez dos funcionários da Reitoria cruzarem os braços. A decisão foi motivada pela transferência de mais de 400 deles para instalações fora do campus Butantã, enquanto o prédio da Antiga Reitoria é reformado e novas instalações são construídas no ter-



Protesto de terceirizados

reno onde ficam os antigos barracões, ao lado da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA). “Além de não terem sido consultados sobre a mudança, eles têm medo de não voltarem mais ao campus”, diz a assistente social Neli Maria Wada, diretora do Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp).

De acordo com a Reitoria, três endereços externos foram preparados para abrigar setores da USP enquanto são realizadas a “ampliação e revitalização” do campus Butantã. Um prédio na avenida Corifeu de Azevedo Marques recebe parte da Coordenadoria de Comunicação Social, o Departamento de Registros Acadêmicos da Secretaria Geral e a Editora da USP. Na rua 15 de Novembro, no centro da cidade, será instalada a Procuradoria Geral da USP. E um centro empresarial em Santo Amaro acomodará o setor administrativo da Coordenadoria de Administra-

ção Geral, o Centro de Computação Eletrônica e a Coordenadoria de Tecnologia da Informação. Segundo documentos enviados pela Reitoria ao deputado estadual Carlos Gianazzi (PSOL), a USP

desembolsou os seguintes valores com a compra de imóveis: R\$ 7,425 milhões na Rua da Consolação, R\$ 6,630 milhões na Avenida Paulista, e R\$ 23,827 milhões no Centro Empresarial de Santo Amaro (espaços e garagens), num total de R\$ 37,88 milhões.

A Reitoria promete trazer os funcionários de volta para o campus Butantã quando as obras estiverem finalizadas. Segundo um funcionário transferido para a avenida Corifeu e que pediu à Revista Adusp para não ser identificado, o deslocamento de casa para o trabalho tornou-se mais complicado; e estagiários, que não recebem o vale-refeição, passaram a gastar mais para almoçar, pois não há serviço de bandeirão. “Para quem veio, o saldo é negativo”, diz ele. A greve dos que decidiram resistir foi parcialmente vitoriosa: a Reitoria recuou e comprometeu-se a só deslocar aqueles que concordarem com a transferência

de local de trabalho (*Informativo Adusp* 325).

Obras e gastos. O programa de obras da Reitoria prevê, além da reforma do prédio da Antiga Reitoria, a ampliação do auditório Camargo Guarnieri e as construções da Biblioteca Mindlin (esta última iniciada na gestão de Suely Vilela), de edifícios para os museus de Zoologia e Arqueologia e Etnologia e de um centro de convenções. Na área dos antigos barracões, está prevista a instalação de um complexo que abrigará um centro de difusão internacional, com escola de línguas, além de escritórios de organizações internacionais, como Unesco e Instituto Confúcio. Estima-se que os gastos cheguem a R\$ 60 milhões por ano, entre 2010 e 2013. Ainda em debate está a construção de um novo prédio para a Escola de Comunicações e Artes (ECA), também motivo de discórdia, como será visto mais adiante.

Poucos fatos exemplificam tão bem a relação conturbada entre Reitoria e funcionários quanto a demissão de 271 deles em janeiro. De uma só vez, esses trabalhadores, alguns com mais de 20 anos de casa, foram convocados pelo departamento de pessoal para assinar a rescisão. O corte, que atingiu trabalhadores de campi, unidades e carreiras indistintamente, suscitou críticas de diferentes grupos dentro

Segundo dados da Reitoria, a USP desembolsou com a compra de imóveis R\$ 7,425 milhões na R. da Consolação, R\$ 6,630 milhões na Avenida Paulista, e R\$ 23,827 milhões no Centro Empresarial de Santo Amaro (espaços e garagens), num total de R\$ 37,88 milhões

da universidade, entre eles professores de direito do trabalho que são colegas do reitor Rodas na Faculdade do Largo São Francisco.

Um deles é o professor Jorge Luiz Souto Maior, também juiz titular na 3ª Vara do Trabalho de Jundiaí. Para ele, um dos maiores problemas da administração da universidade foi o de ter declarado “guerra aos servidores, negando-se a estabelecer com eles o necessário debate democrático”. Para Souto Maior, o argumento de que sua demissão deveu-se ao fato de que eram aposentados é “falacioso” e buscou amedrontar os associados ao Sintusp que estão próximos da aposentadoria.

“Não há argumento jurídico a sustentar a decisão da administração. A aposentadoria por tempo de contribuição não é causa extintiva das relações de emprego regidas pela CLT, conforme já definido pelo Supremo Tribunal Federal [STF]. E, mesmo que houvesse alguma sustentação jurídica para tanto, deveria haver, também, uma motivação ao menos econômica. Mas, como se sabe, a universidade está gastando fundos enormes em construções e não está passando por nenhuma dificuldade econômica”, diz Souto Maior.

O professor de direito do trabalho da São Francisco lembra, ainda, que os servidores dispensados não tinham problemas no que

tange à execução de suas tarefas. A própria Congregação da Faculdade de Direito, por votação unânime dos presentes, publicou uma moção de solidariedade aos seus três servidores dispensados e pediu a reintegração deles. “A atitude da administração da USP, ao dispensar por comunicação eletrônica os servidores, foi uma gravíssima agressão à condição humana dessas pessoas, uma afronta ao estado democrático de direito e um desrespeito a toda a comunidade uspiana”, aponta o professor.

De uma só canetada, o novo diretor do Departamento de Recursos Humanos (DRH), professor Joel Dutra, nomeado alguns meses antes por Rodas, determinou por e-mail às assistências técnicas acadêmicas, em 11 de janeiro de 2011, que desde 25 de agosto de 2010 “não mais se aplicam” as orientações contidas na circular DRH/CIRC/034/2007, assinada por sua predecessora no cargo, professora Maria de Lourdes Bianchi. A circular de 2007 banida por Dutra tinha como referência “aposentadoria voluntária do servidor celetista” e informava aos dirigentes da universidade (com base na decisão do STF citada por Souto Maior) que “o desligamento dos quadros funcionais da Universidade de São Paulo passa a depender da manifestação de vontade do servidor celetista que, ao

se aposentar voluntariamente pelo INSS, conforme minutas anexas do Termo de Manifestação, poderá optar ou não em prosseguir na relação de emprego”.

Entre os trabalhadores demitidos está a médica pediatra Ângela Patrícia Menezes Cardoso Martinelli, do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais da USP, localizado em Bauru. Funcionária da universidade desde 1985, especialista em síndrome Pierre Rodin e atualmente doutoranda, ela foi comunicada sobre sua demissão no início de janeiro, quando estava em férias. “Minha orientadora me chamou e disse que tinha uma notícia que jamais queria me dar: a de que eu estava demitida”, lembra Ângela. A pediatra, que hoje tem 56 anos, havia entrado na USP em processo seletivo e pediu aposentadoria no INSS em 2008, não sem antes consultar o departamento pessoal da universidade. “Disseram que não haveria problema e que eu poderia continuar trabalhando”, relata.

Além de Ângela, o hospital também perdeu o pediatra Afranio José Martinelli, seu marido, demitido na mesma ocasião. Martinelli havia entrado na USP em 1988 e pediu aposentadoria em 2009. Também ele foi informado de que poderia seguir seu trabalho na universidade normalmente. De acordo com Martinelli, hoje com 59 anos, a demissão de dois

A própria Congregação da Faculdade de Direito, por votação unânime, aprovou uma moção de solidariedade aos seus três servidores demitidos e pediu a reintegração.

“A atitude da USP foi uma afronta ao estado de direito”, diz Souto Maior

Daniel Garcia



Rodas em reunião com a Adusp em janeiro de 2010: reiteradas promessas de diálogo

dos sete pediatras do hospital e ainda de um psicólogo, de uma assistente social e de uma secretária prejudicaram o “caráter interdisciplinar” do serviço oferecido pela unidade. A comissão de avaliação de pacientes de alto risco, até então presidida por Martinelli, também parou de atuar. Todos os funcionários demitidos do hospital em Bauru ingressaram com ações na Justiça solicitando a reintegração ao cargo.

Ao menos em outras unidades da USP já há decisões favoráveis. Motorista de um dos ônibus circulares da universidade, José Joaquim Neto começou a trabalhar no campus Butantã há seis anos. Em 2010, pediu aposentadoria no INSS, após aval do departamento de pessoal da USP de que poderia continuar trabalhando. No início de janeiro de 2011, porém, foi demitido. “Cheguei para trabalhar

normalmente no dia 5 de janeiro e, quando fui entregar a ficha do circular, me chamaram no setor de recursos humanos. Já havia o boato de que os aposentados seriam demitidos. Tinha chegado a minha vez. Foi um susto muito grande”, diz Neto, que foi reintegrado por decisão judicial em 25 de março.

Segundo o motorista, ao menos 24 colegas de trabalho foram demitidos em sua unidade e ele foi o primeiro a voltar à função. No período em que ficou afastado na universidade, Neto viu seu nome ser levado ao serviço de proteção ao crédito, pois não pôde pagar as parcelas do empréstimo consignado ao salário que deixou de receber. “Não dá para viver apenas com a aposentadoria do INSS, eu preciso trabalhar”, diz ele, aos 56 anos.

Em nota oficial divulgada à época, a Reitoria argumentou que

era preciso “estabelecer regras para o período de permanência das pessoas na universidade” e que as demissões colaborariam para a “renovação de quadros, de forma a dar oportunidade de crescimento para as pessoas que estão na universidade e a possibilidade de novas contratações”.

A surpresa com tal explicação cresceu após a divulgação da circular 9/2011, de 25 de março de 2011, que trata do cumprimento de mandatos eletivos de natureza estatutária e regimental de docentes e servidores autárquicos que precisem se aposentar compulsoriamente, por limite de idade. Por meio dessa circular, a Reitoria se valeu de um parecer do Ministério da Educação e de dispositivos da LDB para autorizar docentes que chegam aos 70 anos a concluírem seus mandatos apesar da “compulsória”, caso os cargos sejam de reitor e vice-reitor, diretor e vice-diretor de unidade, chefe e vice-chefe de departamento, representantes das categorias nas congregações e no Conselho Universitário e membros de comissões estatutárias. Portanto, é um caso de “faça o que eu digo, mas não o que eu faço”.

A Adusp indagou se havia algum viés privado na atitude do reitor, dado que seu novo diretor de recursos humanos, docente da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA), atua no setor

A Reitoria se valeu de um parecer do MEC e de dispositivos da LDB para autorizar docentes que chegam aos 70 anos a exercerem até o final os mandatos, nos cargos de reitor e vice-reitor, diretor e vice-diretor e outros

privado: além de coordenar projetos na Fundação Instituto de Administração (FIA), é um dos sócios da empresa Growth Consultoria, especializada em “gestão de pessoas”.

“**Nova Eca**”. Um dos projetos em estudo para ser realizado na área dos antigos barracões é a construção de um novo edifício para a ECA. A idéia já foi discutida entre administrações anteriores da Reitoria e da unidade, mas só agora ganhou força. A ECA é formada hoje por uma “diversidade significativa de áreas de estudo e de pesquisa, é quase como uma universidade dentro de uma unidade na qual as partes pouco se conversam”, de acordo com a vice-diretora, professora Maria Dora Mourão. “O atual espaço físico reforça essa separação, pois cada departamento está sediado em um prédio diferente sem que tenhamos um espaço de convivência ou espaços de uso comum, afora a biblioteca e poucas salas de aula que são ocupadas de acordo com a necessidade de cada curso”, diz ela.

A unidade ainda enfrenta uma série de problemas de infra-estrutura, que começam pela precariedade de seu edifício central, o antigo almoxarifado da Reitoria. Segundo Dora, o departamento de Artes Plásticas sofre com infiltração de água e até hoje as salas do departamento de Música não possuem tratamento acústico, impedindo que aulas de instrumentos com sonoridade forte

sejam dadas ao mesmo tempo em salas próximas. A exceção é o curso de Audiovisual, que recentemente ganhou um prédio renovado.

Para solucionar os problemas, a diretoria da unidade está coletando informações nos departamentos da escola para definir a dimensão necessária a um novo edifício. A Reitoria será municiada mais tarde com essas informações, mas, conta Dora, já foi comunicada de que “não gostaríamos de ser totalmente deslocados da atual área geográfica”. “Os dados levarão a uma previsão volumétrica a partir da qual poderemos iniciar as conversas com os arquitetos para a definição do projeto. Nossa intenção é de que até o fim deste semestre todos os dados estejam levantados e analisados”, diz a vice-diretora. A Reitoria já ofereceu um terreno, mas as negociações ainda estão em aberto.

Para o estudante de jornalismo Pedro Sibahi, que em 2010 acompanhou como representante discente o debate sobre a Nova ECA, “a Reitoria pressiona de maneira autoritária para que a unidade defina logo pela mudança, enquanto há outras questões mais importantes que precisam ser discutidas antes”. O problema da escola, acredita ele, está na graduação, que sofre com a falta de articulação entre os cursos. No ano passado, um fórum proposto pela diretoria envolvendo professores e alunos discutiu



Afranio Martinelli, do HRAC

mudanças nos cursos, mas os resultados foram pífios.

Mais otimista, a professora Dora avalia que o fórum de graduação trouxe resultados positivos. “Foi possível avançar na atualização curricular de alguns cursos e iniciar propostas de interdisciplinaridade”, afirma. Para este ano, estão previstos dois fóruns, o das Artes e o das Comunicações. “Temos consciência de que não adianta simplesmente transpor o modelo didático-pedagógico atual para um prédio novo, é necessário revisar o modelo e pensar num projeto arquitetônico que corresponda ao que as Artes e as Comunicações significam hoje no mundo contemporâneo”, explica.

Integrante do centro acadêmico da unidade e do Diretório Central dos Estudantes da USP, Tatiane Ribeiro defende que o debate sobre a Nova ECA precisa ser feito

O aluno Pedro Sibahi, que como representante discente acompanhou o debate sobre a Nova ECA, afirma que a Reitoria “pressiona para que a unidade defina logo pela mudança” e adverte: antes, há questões mais importantes a discutir. A vice-diretora Dora Mourão é mais otimista

SILÊNCIO REITORAL

O reitor da USP, João Grandino Rodas, não concedeu entrevista à *Revista Adusp*. Procurada pela primeira vez em 1º de abril, sua assessoria de imprensa solicitou que as questões fossem enviadas por correio eletrônico. Elas foram encaminhadas em 11 de abril. No dia 18, a assessoria informou que não poderia responder às perguntas por causa da “movimentação na Reitoria” — referência aos protestos de funcionários que ocorriam naquele período. Foi concedido novo prazo. A assessoria solicitou, então, que a *Revista Adusp* informasse o número total de caracteres a ser ocupado pelas respostas do reitor. Informamos que seriam 5 mil caracteres com espaços. Entretanto, até o fechamento desta edição, nada foi enviado à redação.

As questões não respondidas pelo reitor são as seguintes:

1) Após 16 meses na Reitoria, qual é, na sua opinião, a maior virtude de sua gestão até aqui? E o maior defeito?

2) O senhor deu prosseguimento à reforma da carreira docente, apesar dos protestos de parte expressiva da categoria. Afinal, qual a finalidade dessa reforma?

3) O debate sobre a proposta da “Nova ECA” avança com lentidão, e há muitas preocupações, entre elas a de que a unidade perderá espaço físico. Isso pode acontecer? O senhor poderia explicar os benefícios do projeto na visão da Reitoria?

4) Há relatos de professores e funcionários de unidades da USP de que vagas de funcionários aposentados demitidos não foram repostas, prejudicando trabalhos de pesquisa e atendimento da comunidade. O que a Reitoria tem feito para dirimir esse problema?

5) A Fundação Instituto de Administração, dirigida por um grupo de docentes da FEA-USP, criou um curso pago de administração, gerando preocupação entre alunos, professores e funcionários. O professor Adalberto Fischmann, chefe do Departamento de Administração da FEA e um dos dirigentes da FIA, declarou o seguinte ao *Jornal do Campus*, edição de novembro de 2010, sobre a criação do curso pago: “Imediatamente nós fomos ao reitor da universidade, João Grandino Rodas; ele aplaudiu, ficou muito satisfeito e até queria comprar ações pelo sistema de IPO (*Initial Public Offering*) da FIA”. O senhor confirma essa informação?

6) O senhor mudou a estrutura de administração da universidade. Nomeou dois chefes de gabinete e criou dois novos cargos, os de “vice-reitor executivo de administração” e “vice-reitor executivo de relações internacionais”. Qual a finalidade de tais mudanças? Implicaram despesas adicionais?

de modo paritário, em que alunos e funcionários tenham o mesmo peso que professores nas decisões. “Essa é uma das nossas exigências ainda não atendidas”, diz ela, que frequenta o quinto ano de jornalismo. É difícil acreditar, porém, que esse “ganho democrático” possa ser obtido sob os auspícios do atual Estatuto da universidade, que legitima precisamente o desequilíbrio de poder.

Tripé. Quem conviveu com o reitor Rodas quando ele foi diretor da Faculdade de Direito do Largo São Francisco não se surpreende com os conflitos estimulados por sua gestão à frente da Reitoria. O professor Marcus Orione Gonçalves Correia, que conheceu o reitor quando ambos davam aulas na Unesp de Franca, diz que a gestão dele, seja na São Francisco, seja na Reitoria, está baseada em um tripé programático: “1) enxugamento, com o simples uso da racionalidade de cortes da máquina estatal universitária; 2) atuação contundente para preservar a ordem, ainda que com a utilização da força policial; 3) intensa participação do setor privado nos destinos da universidade pública”.

O paralelo é mesmo verossímil. Com relação ao primeiro pé, quando diretor da São Francisco, Rodas concentrou em um único setor uma série de atividades de atendimento aos alunos que antes eram



HRAC de Bauru, conhecido como Centrinho

feitas pelos departamentos – sem ampliação da estrutura funcional. Quanto ao segundo pé, o então reitor da Faculdade de Direito acionou a PM para expulsar movimentos sociais do famoso “território livre das Arcadas”, enquanto o agora reitor, porém, tem utilizado formas mais sofisticadas de repressão, com o uso dos “procedimentos administrativos” para punir alunos e servidores.

Por fim, sobre o terceiro pé, Rodas, quando diretor da São Francisco, buscava recursos entre empresas privadas, como escritórios privados de advocacia, para a reforma de salas de aula e auditórios da faculdade, em troca de batizar os espaços com o nome dos empresários. Mas, em abril deste ano, ganhou as páginas dos jornais a notícia de que a família do banqueiro Pedro Conde,

morto em 2003, foi à Justiça para pedir a devolução de R\$ 1 milhão doados à faculdade. O argumento foi o de que a unidade não cumpriu o contrato de doação, que determinava que, em troca da reforma, um auditório passasse a ter o nome do banqueiro. A recusa foi definida pela Congregação da escola, depois que Rodas deixou a direção da unidade para assumir a Reitoria e após forte protesto dos estudantes.

No comando da Reitoria, Rodas tem a chance de aprofundar esse modelo. Seja apoiando fundações privadas que atuam dentro da universidade: vale lembrar que, em novembro de 2010, a FIA, criada e gerenciada por professores da FEA, anunciou o lançamento de um curso pago de graduação em administração, com mensalidades de quase R\$ 2 mil, com aval do

“Do ponto de vista da democracia, a USP é uma das universidades mais atrasadas do Brasil. Professores, alunos e funcionários estão muito sub-representados na eleição para a Reitoria”, diz Francisco Miraglia, do Andes-SN

Fotos: Daniel Garcia

**Neli Wada****Professor Souto Maior****Professor Marcos Orione**

reitor. Seja demitindo funcionários, restringindo contratações e ampliando o peso dos terceirizados no quadro de funcionários da universidade, sob o argumento da “eficiência administrativa”.

No que depender de setores da comunidade, porém, haverá resistência. Segundo Neli Maria Wada, além da greve, o Sintusp recorreu ao Ministério Público do Trabalho, que já iniciou um procedimento investigatório da demissão de 271 funcionários. Além disso, o sindicato crê que, a cada dia, novos trabalhadores serão reintegrados às suas funções por decisão judicial. “É uma gestão com viés favorável à privatização e temos de lutar contra isso”, diz Neli.

Para o professor Francisco Miraglia, diretor do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), a

questão central que se coloca diante das “arbitrariedades cometidas pela Reitoria” é a necessidade de democratização da universidade. “Do ponto de vista da democracia, a USP é uma das universidades mais atrasadas do Brasil. Professores, alunos e funcionários estão muito sub-representados na eleição para a Reitoria”, diz Miraglia, que é docente do Instituto de Matemática e Estatística e venceu a eleição direta para a Reitoria organizada pela Adusp em 2010.

Universidades como as federais do Rio de Janeiro (UFRJ) e do Rio Grande do Sul (UFRGS) já possuem diretas para reitor. Outras instituições, como a Unicamp, ainda enviam lista tríplice para o governador, mas a consulta à comunidade é considerada na composição dos nomes. Além disso, o peso do voto de alunos e funcionários é bem maior

do que na USP. Sem esse processo de abertura, Miraglia acredita que será difícil eliminar mazelas como a da terceirização de funcionários, que para ele é um sinal de que a “USP está colaborando para elevar a superexploração do trabalho na sociedade brasileira”.

Tatiane Ribeiro, do DCE, enxerga na terceirização associada à demissão um sinal do “sucateamento” da universidade brasileira gerado por um projeto político de “direita”. “Ao contratar uma empresa para prestar serviço, a universidade se exime de uma responsabilidade”, diz ela. No caso dos funcionários da empresa de limpeza que entraram em greve na FFLCH em abril, a universidade decidiu arcar com os custos apenas depois de pressionada pelo Sintusp. Já os estudantes procuraram não se eximir. O centro acadêmico da Faculdade de Letras reservou R\$ 5 mil

Ao que parece, a excelente situação financeira da USP favoreceu a disposição de Rodas de obter uma trégua no enfrentamento com as categorias. Pagou parte da Ação do Gatilho, aumentou salários dos funcionários e, assim, busca avançar no projeto de “modernização conservadora” da USP

para doar aos terceirizados em greve e o da ECA outros R\$ 2 mil.

A diretora do DCE critica, ainda, o processo de reorganização física da universidade proposto pela Reitoria. Para a estudante, ao separar funcionários em diferentes endereços fora do campus Butantã, fica mais difícil a organização da luta dos trabalhadores — e isso revela uma deliberada estratégia da Reitoria. “É algo parecido com o que ocorreu quando a capital do país foi levada para Brasília. Ficou mais complicado juntar o povo e protestar contra o governo”, compara.

Trégua? Depois de tão intensos conflitos, os movimentos mais recentes da Reitoria parecem indicar uma disposição de trégua. Para tanto, concorreu, por um lado, a situação do caixa da USP, excepcionalmente favorável graças à retomada da economia, que robusteceu os repasses de ICMS; comenta-se que a Reitoria disporia de liquidez equivalente a um orçamento anual. Por outro lado, a pressão dos movimentos — a resistência, em especial, de funcionários e estudantes — que conquistou algum espaço na mídia comercial (ainda que inferior às páginas e minutos generosamente concedidos ao reitor) e lotou uma audiência pública na Alesp. Desse modo, nos meses de abril e maio de 2011 a gestão Rodas optou por adotar iniciativas que reduziram as “frentes de batalha” e os riscos políticos e destinam-se a ganhar simpatias no interior da comunidade universitária. Vejamos.

Primeiro, depois de contramarchas e alguma hesitação, Rodas tratou de celebrar um acordo com a Adusp para pagar imediatamente



Debate sobre a “Nova ECA” em 29/3/2011, presentes o diretor Mauro Wilton e a vice-diretora Dora Mourão

uma parte do que a USP deve a mais de 3 mil docentes (da ativa e aposentados) beneficiários da chamada Ação do Gatilho. A Adusp impetrou-a em 1989, exigindo pagamento de “gatilhos” salariais que o governador Orestes Quécia deixou de pagar. A sentença transitou em julgado em 2005, com vitória cristalina da entidade, mas a USP vinha protelando o cumprimento.

Segundo, como já citado, entrou em acordo com o grupo de funcionários em greve contra o deslocamento forçado, apoiados pelo Sintusp. Terceiro, submeteu ao Conselho Universitário o plano de carreira dos funcionários técnico-administrativos (ou seja, todos exceto os docentes), que, não obstante mantenha certas distorções, implica expressiva majoração das referências salariais: o piso dos funcionários de nível básico, por exemplo, foi reajustado em quase 27%. Quarto, o Cruesp, no qual o reitor tem assento, concedeu, em maio

(data-base anual), reajuste de 8,4% para docentes e funcionários das três universidades estaduais, que embute aumento real de 2%.

A aplicação do reajuste anual às referências do plano de carreira recém-aprovado elevou o menor salário da USP a R\$ 1.666. O piso dos funcionários que possuem ensino médio passou a R\$ 3.026, ao passo que os salários dos funcionários com graduação superior variam agora entre R\$ 5.691 e R\$ 11.831.

Em outras palavras, o reitor atuou no sentido de “limpar terreno” (e ganhar tempo) para seguir no seu projeto de “modernização conservadora” da USP. Persistem, a desafiar tal plano, tensões que decorrem da natureza profundamente conservadora da universidade. O que é bem ilustrado pelo fato de que neste momento estão ameaçados de expulsão 24 estudantes, enquadrados em diferentes processos de natureza disciplinar por participação em movimentos de contestação.